

# ESPAÇOS COM HISTÓRIA NA LISBOA DOS SÉCULOS XVIII E XIX

Do Martinho ao Nicola

---

*Maria do Rosário* PIMENTEL

**ABSTRACT** • *Places with a history in Lisbon between the 18th and the 19th centuries: From Martinho to Nicola.* Following Miguel de Unamuno's statement, that the «coffee-house» and the «public square» were the «true Spanish popular University», our goal will be to travel through such Portuguese public spaces, which symbolically received the name of the drink they served, Café, and became centres for the exchange of ideas, for literary gatherings, for meetings and amusements, a symbol of European modernity in the 17th and 18th centuries.

**KEYWORDS** • Coffeehouse, Public Space, Political /Literary Gathering, Lisbon (XVIII-XIX centuries).

**O TEMA** agora apresentado relaciona-se com alguns dos espaços a que a bebida café simbolicamente cedeu o nome e que se tornaram centros de difusão e discussão de ideias, de encontros e de diversão. Lugares onde se jogava bilhar, dados, cartas, dominó, damas, voltarete ou gamão; onde se comentavam notícias, cantavam modinhas<sup>1</sup>, declamavam improvisos, bajulavam poderosos<sup>2</sup>, organizavam associações e onde o pensamento, em voz alta ou em sussurro, tinha asa livre. Locais que foram espelho social, propiciadores de inspiração criativa, de repercussão de ansiedades e de desejo de mudanças. Recintos de convívio que fizeram furor pelos sabores, saberes e prazeres que proporcionavam.

O tema é vasto, envolvendo não só o número de estabelecimentos que foram surgindo ao longo dos séculos XVIII e XIX, as suas especificidades, mas também a dinâmica social a que estão ligados. Neste estudo, dada a diversidade de investigações que os cafés têm suscitado, cingimo-nos a alguns dos estabelecimentos mais emblemáticos que surgiram na Lisboa setecentista e que marcaram presença na história da cidade e do país; sobretudo interessa, por agora, o papel que desempenharam como centros difusores de ideias revolucionárias.

Fundamentais para esta reflexão e propiciadores de leituras profícuas foram os trabalhos de tantos cronistas e memorialistas olissipógrafos que se entregaram ao estudo desta cidade, que preservaram a sua memória, escrita e oral, que hoje usufruímos. Graças ao seu interesse, foi

---

<sup>1</sup> No século XVIII, estavam em voga as «modinhas brasileiras», pequenas composições em verso que se cantavam à viola em reuniões de família ou em festas de boémios. Tratava-se de um género, muitas vezes licencioso, entremeado de redondilhas fáceis e alegóricas. Raros eram os poetas que não contribuíam para estas composições.

<sup>2</sup> Este tipo de arte encomiástica era muito frequente entre poetas que assim procuravam obter benefícios que lhe permitissem sobreviver e mecenas que apoiassem a sua arte.

---

possível fazer esta viagem a um passado histórico, impregnado de mudanças sob o hábito que se instalou de frequentar a mesa do café.

Não foi por acaso que escolhemos este tema. Em primeiro lugar, porque temos particular interesse pelos estudos sobre o século XVIII; em segundo lugar, porque uma figura histórica portuguesa está presente no ontem e no hoje do nosso trabalho: o Marquês de Pombal que surge, neste estudo, como um frequentador e sobretudo um impulsionador destes estabelecimentos. Com o plano de recuperação da cidade de Lisboa, após o Terramoto de 1755, Pombal permitiu novas perspectivas urbanísticas e comerciais, que, por sua vez, implicavam atitudes sociais diferentes. Chegou mesmo a estar presente na abertura de alguns desses espaços que, mais tarde, viriam a ser centros difusores de ideias revolucionárias que, por certo, ele nunca aprovaria.

Por último, porque os cafés ou botequins, para além de serem tomados como índices de modernidade, foram o espaço público por excelência de dinamização social e uma porta aberta no corredor das novas ideias. Porta que depois de aberta se tornou impossível de fechar. Assumiram, sem dúvida, não só uma dimensão literária, mas também política, sendo ao mesmo tempo grandes centros de recolha e divulgação rápida de notícias nos diferentes meios sociais; estabeleceram a transição entre as academias literárias e os clubes revolucionários<sup>3</sup> e tornaram-se, como observou Júlio Dantas, «numa instituição nacional quando, com o advento das ideias liberais, o português reivindicou o direito de ‘pensar’, durante algum tempo confundido com o direito de ‘perturbar’» (Dantas 1962: 73).

A partir da segunda metade do século XVII, o consumo de café espalhou-se rapidamente. Aliado a outras bebidas e iguarias, começou a dar lugar a um novo ramo de negócios que iria ser muito explorado, acabando a designação de *café* por se sobrepor à de *botequim* para apelidar os estabelecimentos comerciais em que era servido. Mais ou menos luxuosos, consoante os públicos a que se destinavam, tornaram-se verdadeiros ícones sociais por toda a Europa. Em 1652, surge a primeira *coffee house* em Londres. Itália viria a contar com o seu primeiro café, na cidade de Veneza, em 1683. Mas o mais famoso café veneziano foi o Veneza Triunfante, fundado em 1720 por Floriano Francesconi, que deu origem ao famoso *Florian*, ainda em actividade, por onde passaram várias gerações de intelectuais, como Goethe, Charles Dickens, Lord Byron, Marcel Proust e Hemingway. Em França, o café mais antigo de Paris terá sido aberto, em 1672, na zona de Saint-Germain. Mas foi um dos seus empregados, o jovem italiano Francesco Procopio Dei Coltelli que, em 1686, abriu um dos mais célebres botequins de Paris, *O Procope*, onde luxo, elegância e requinte se uniam num novo estilo de decoração, serviço e confecção culinária. As salas, ricamente decoradas, exibiam espelhos, tapeçarias, lustres de cristal, mesas de mármore exótico e serviços de mesa completos; os criados, vestidos a rigor, serviam, em bandejas prateadas, frutos cristalizados ou conservados em aguardente, bebidas delicadas e refrescantes à base de sumos de limão e laranja – as famosas limonadas e laranjadas – essências, chocolates, chás e cafés. Foram seus clientes Voltaire e Diderot e também Danton, Marat, Robespierre e Camille Desmoulins. Com fama de acolher personalidades revolucionárias, foi frequentado no século XIX por George Sand, Musset, Verlaine entre outros intelectuais de vanguarda, para quem frequentar um estabelecimento público desta natureza era já uma prática comum.

---

<sup>3</sup> A propósito, Hernâni Cidade salienta: «O botequim, no século XVIII, estabelece a transição entre a arcádia poética e o clube revolucionário. Cultiva ainda as Musas, com o velho ritual das ficções mitológicas, mas começa a discutir as notícias das gazetas... No cultivo das Musas, a excitação própria do ambiente espiritual e material, sobreaquecido, impõe o improvisado declamado, aliás em moda [...] No comentário às gazetas, a situação política aconselhava, pelo contrário, o cochichar misterioso; que a polícia do Intendente, as suas Moscas enxameavam silenciosas por toda a parte e as paredes tinham ouvidos» (Cidade 1936: 12).

Os primeiros cafés portugueses surgiram em Lisboa em meados do século XVIII. Mesmo sem atingirem o prestígio e a divulgação de muitas destas casas europeias, não deixaram de ser verdadeiros espaços públicos de socialização. Sobretudo nos finais do século XVIII e durante o século XIX, passaram a ter um lugar privilegiado na vida da capital portuguesa. Muitos destes estabelecimentos funcionavam cumulativamente como botequim, hospedaria, tavolagem e até casa de penhores (Carvalho 1938: 86). O café nem sempre foi a principal bebida consumida; no entanto, no decurso do século XVIII, o novo hábito de beber café passou a exigir locais cada vez mais especializados e selectivos. Mais ou menos sóbrios, mais ou menos rústicos, com mais ou menos asseio, frequentados por grupos sociais mais ou menos heterogéneos, os cafés ou botequins já não se coadunavam com a falta de exigências do público que frequentava as tabernas. Por essa altura, estas últimas proliferavam, com ramos de loureiro à porta, a anunciar o vinho como principal produto de consumo; eram locais de aparência tosca, pouco limpos e na generalidade mal frequentados, onde as rixas eram constantes.

Nestas circunstâncias, o aparecimento dos botequins e dos cafés foi um acontecimento importante que veio ao encontro dos requisitos exigidos pela clientela. Os próprios manuais de civilidade, nos finais do Antigo Regime, já tinham o cuidado de salientar a aprendizagem de comportamentos adequados aos vários locais, inclusive as maneiras de estar nos botequins e cafés. Em 1782, João de Villa-Lobos e Vasconcelos, na obra *Perfeito Pedagogo na arte de educar a mocidade*, contempla já um capítulo sobre como proceder nesses lugares públicos:

Como a casa é do povo ali não há precedência; todo o lugar é bom. Porém com tudo devo sempre cortejar com gravidade quem está na casa, quando entro e corresponder com a mesma quando sou cortejado. Se me quiser demorar, e prender conversação com quem entra, o devo fazer com muita reflexão, não só por ser um lugar público, mas também por ignorar o carácter da pessoa e sobre tudo o seu génio e inclinações (Vasconcelos 1782: 191).

Antes do terramoto de 1755, os poucos botequins alfacinhas não lograram de grande fama. Os mais conhecidos foram o *Café do Rosa* e o *Madame Spencer*, ambos localizados na Rua Nova, principal artéria de Lisboa, em plena baixa da cidade. Tinham o nome dos proprietários, como era costume na época, e foram frequentados sobretudo por negociantes estrangeiros, com hábitos diferentes dos costumes portugueses. Talvez seja arriscado afirmar que o café seria ali a bebida principal.

Após o terramoto de 1755, a reconstrução da cidade de Lisboa proporcionou o aparecimento de recintos mais amplos, arejados, com decorações cuidadas, administrados por empresários que, nalguns casos, souberam dar novos rumos ao negócio. O próprio marquês de Pombal, não sendo responsável pelo aparecimento destes estabelecimentos, acabou por promover a sua difusão, integrados numa reestruturação utilitária e pragmática da cidade. Pombal desejava uma Lisboa moderna, organizada, disciplinada, limpa, com um comércio apropriado, que permitisse à capital do reino ombrear com as mais relevantes cidades europeias. Por ordem do próprio Marquês, cada estabelecimento seria anunciado por uma placa de madeira colocada sobre a porta de entrada e seriam retirados os ramos de loureiro que assinalavam as tabernas.

Um dos botequins mais notórios construído após o terramoto foi o *Marcos Filipe*, assim designado por o seu proprietário ser o italiano Marcos Filipe Campodonico. Situava-se no Largo do Pelourinho e contou com a presença do marquês de Pombal na inauguração, que, segundo reza a história, preferiu o chá ao requintado café para acompanhar as torradas feitas com pão de

Meleças (Dias 1999: 70)<sup>4</sup>. Nascia o primeiro café de luxo em Lisboa, que encerrou as suas portas na década de 50 do século XIX. Foi um ponto de encontro de figuras de destaque, sobretudo do liberalismo português e de negociantes estrangeiros, que ali conviviam pacificamente, quando não conspiravam e teciam conjuras. A 9 de Março de 1838, foi ali assinada a convenção que pôs termo a uma insurreição que exigia a demissão do ministério de Sá da Bandeira e que, por esse facto, ficou designada por Convenção de Marcos Filipe.

Na Lisboa setecentista destacam-se ainda o *Café do Casaca*, segundo alguns autores o preferido de Pombal (Dias 1999: 10), que ficava na rua das Capelistas, e o *Café da Arcada*, no Terreiro do Paço. Este último, com uma longa história, é o botequim mais antigo de Lisboa, que ainda se encontra em funcionamento, agora como restaurante. Foi inaugurado a 7 de Janeiro de 1782, contando com a presença de algumas individualidades, entre as quais, uma vez mais, o próprio marquês de Pombal. A sua origem, no entanto, era anterior aquela data, começando por ser uma loja de bebidas com o nome de *Casa da Neve*, especializada no fabrico de sorvetes, o que, por certo, estaria relacionado com o facto de o seu proprietário, Julião Pereira de Castro, ser o neveiro-mor da Casa Real. A «neve» era a designação corrente para sorvetes, carapinhadas e outras iguarias do género, feitas a partir do gelo produzido nas terras altas, conservado em poços arrançados para o efeito e depois transportado para a capital<sup>5</sup>.

A partir de 1783, o *Café da Arcada* passou a ser conhecido por *Casa de Café Italiana*. Foi nessa altura que o café começou a ser uma bebida largamente apreciada em Portugal. A *Casa de Café Italiana* era então administrada pelo italiano, Domenico Mignani, que foi o seu proprietário de 1784 a 1795. Nesta última data, passou a denominar-se *Café do Comércio*, por cumplicidade com a praça onde se localizava. Tornou-se um ponto de referência, frequentado por intelectuais, artistas, comerciantes e políticos, sobretudo liberais. Por volta de 1809, era vulgarmente designado «Café dos Jacobinos», correndo fama de que ali se reuniam jacobinos e conspiradores, atraídos por ideias francesas e americanas. Um ano depois, nova denúncia, que alvejava o estabelecimento como casa de jogo clandestina (Carvalho 1899: 28-33). O café acabou por ser encerrado pela Intendência Geral da Polícia e, após vários trespasses com baptismos diferentes (*Casa da Neve*, *Café da Arcada do Terreiro do Paço*), reabriu a 25 de Maio de 1829, totalmente remodelado, com o nome de *Café Martinho*. Pertencia agora a Martinho Bartholomeu Rodrigues<sup>6</sup>, homem empreendedor e grande negociante que, em 1845, ao abrir novo estabelecimento com o mesmo nome no Largo Camões, o *Café Martinho do*

<sup>4</sup> Nestes estabelecimentos, ainda não se serviam bolos ou confeitos, como hoje é habitual. As pastelarias só surgiram no século XIX; a mais antiga pastelaria da cidade de Lisboa foi fundada pelo Italiano Baltresqui, no Largo de Santa Justa (Dias 1999: 69).

<sup>5</sup> Nos finais do século XVI, divulgou-se em Portugal o consumo de sorvetes ou bebidas geladas, durante os meses quentes, recorrendo à neve e ao gelo transportados das terras altas. Inicialmente vinham dos Poços da Neve da Serra do Coentral, transportada em carros de bois até Barquinha/Constança; posteriormente, dadas as condições de acesso, os comerciantes deste produto deram preferência à Serra de Montejunto. Em 1741, foi aí construída a Real Fábrica do Gelo para colmatar as falhas de fornecimento da Serra do Coentral. Quando chegava o mês de Setembro, enchiam-se os tanques rasos de água e esperava-se que, durante a noite, o frio a congelasse. Quando o gelo se formava, o guarda da fábrica ia a cavalo até à aldeia de Pragança e, com uma corneta, acordava os trabalhadores que, antes do nascer do sol, partiam as placas de gelo e carregavam-nas para os silos de armazenamento, onde o gelo era conservado até à chegada do Verão. Nessa altura, o gelo era transportado primeiro no dorso de animais, para vencer o acentuado desnível da serra, depois em carroças até aos «barcos da neve», ancorados na Vala do Carregado, que o transportavam para Lisboa. Todo o percurso devia ser feito o mais rápido possível. A fábrica esteve em actividade até finais do século XIX. Santo António da Neve, na Serra do Coentral, é hoje património nacional (Dias 1999: 82-84).

<sup>6</sup> Foi contratador da *neve* que se consumia em Lisboa. Chegou a ter cinco a seis poços de gelo em Santo António das Neves, na Serra da Lousã.

*Camões*, o distinguiu com a denominação de *Martinho da Arcada*, que conserva até hoje. Foi dos poucos cafés que sobreviveu ao passar do tempo. Em 1984, foi classificado pelo Instituto do Património Arquitectónico como imóvel de interesse público. Por ali passaram Cesário Verde, Almada Negreiros, Columbano, Mário de Sá Carneiro, Fernando Pessoa entre outros. Pessoa frequentou este café até morrer, sentando-se sempre à mesma mesa; aí escreveu grande parte dos seus poemas.

Outro dos mais concorridos e afamados cafés de Lisboa foi o *Botequim do Nicola*, fundado no Rossio, em 1787, pelo italiano Nicola Breteiro<sup>7</sup>. O espaço que hoje existe, no mesmo local, com o mesmo nome, totalmente remodelado, depois de passar por muitos e diversos ramos de comércio, herdou a história que lhe deu áurea de popularidade<sup>8</sup>. Foram as tertúlias de políticos e de poetas que o celebrizaram e lhe deram o nome de «academia»<sup>9</sup>. Devido aos encontros que ali se promoviam e ao teor das conversas, o Nicola era um dos botequins considerados suspeitos e mantidos sob pesada vigilância, o que acabava sempre por gerar conflitos com a polícia. Num aviso de Pina Manique, datado de 5 de Julho de 1800, o Nicola surge referenciado como local onde pessoas suspeitas se reuniam para conspirarem. O intendente da polícia pedia que os frequentadores se demorassem apenas o tempo necessário no estabelecimento, a fim de evitarem confusões. Todas as conversas sobre política, religião e cantigas estrangeiras, eram consideradas suspeitas, por remeterem para ideais liberais e «francesias». Talvez por isso e devido à pressão política que se fazia sentir, acabou por ser encerrado, no ano de 1834. Em finais do século XVIII, ficou célebre, entre as muitas figuras que por ali passavam, um tal Pinet, outrora polícia e que mais tarde foi expulso da corporação por conferir títulos maçónicos, à mesa do Nicola, e também por denunciar às autoridades, mediante remuneração, os pretensos maçons. Entre todos os seus frequentadores, destaca-se o poeta Manuel Maria Barbosa du Bocage, poeta da *Nova Arcádia* cujo pseudónimo era *Elmano Sadino*<sup>10</sup>. Destes espaços, partiu a sua popularidade que acabou por reverter a favor dos estabelecimentos onde a sua presença foi mais intensa. Ainda hoje, o actual Café Nicola utiliza a imagem do poeta como grafismo de marca. Por certo frequentou vários, mas não há dúvida de que foi nos botequins do Rossio, no *Nicola* e no *Botequim das Parras*, que Bocage encontrou o clima mais favorável à expressão da sua sensibilidade poética e aos seus ideais políticos. Por ali fez vida de boémio e entre uns e outros estabelecimentos contestou o regime político e defendeu os direitos humanos, entre poesias e chacotas. Conhece-se a oposição de Bocage ao despotismo que qualifica num dos seus sonetos de «Sanhudo, inexorável», «Monstro que em pranto, em sangue a fúria cevas...». Não estava, com certeza, a salvo dos espões do Intendente com os seus poemas e libelos revolucionários em prol das *Aspirações do Liberalismo, excitadas pela Revolução Francesa e consolidação da República em 1797*<sup>11</sup>.

<sup>7</sup> Quanto a esta questão, há algumas divergências entre os autores que consideram outros proprietários, mas todos com o nome de Nicola. Também quanto à data existem dúvidas; no entanto, em 1789 o Café Nicola surge já referido na *Gazeta de Lisboa* (Dias 1999: 73). Há ainda notícia de que na praça do Rossio, em 1810, existia um outro botequim chamado Nicola – o *Nicola Pequeno*. Ficava no nº 28, mesmo do outro lado da praça, e pertencia ao genovês Nicolau Ventura, que acabou por ser preso, com dois dos seus caixeiros, também genoveses, por terem armas escondidas bem como uma anotação do movimento das tropas portuguesas e inglesas. Acabou por fechar em 1823.

<sup>8</sup> Ali funcionou a livraria do Silva Júnior (Carvalho 1938: 220).

<sup>9</sup> A história dos arcades está ligada à história do Café Nicola.

<sup>10</sup> A *Nova Arcádia* era presidida pelo padre brasileiro Domingos Caldas Barbosa (Lereno), célebre pelas modinhas que improvisava, acompanhando-se à viola. Da mesma academia fazia parte o grande inimigo de Bocage, José Agostinho de Macedo. Bocage acabou por preferir o Nicola e ser expulso da *Nova Arcádia*, quando já não a frequentava.

<sup>11</sup> «Liberdade, onde estás? Quem te demora?/ Quem faz que o teu influxo em nós não caia?/ Porque (triste de mim!) porque não raia/ Já na esfera de Lísia a tua aurora?// Da santa redenção é vinda a hora/ A esta

O *Botequim das Parras*, surgido em 1790, ficava perto do Nicola e era assim designado por estar decorado com pinturas de videiras com folhas e cachos de uvas. Era seu proprietário José Pedro da Silva, antigo gerente do Nicola, também conhecido por Zé Pedro das Luminárias, devido à profusão de luzes com que iluminava as janelas de sua casa e as portas do estabelecimento, em especial nos dias de festa<sup>12</sup>. Amigo de poetas, mandou construir para eles, num recanto do Botequim, um gabinete privado, o *Agulheiro dos Sábios*, onde se reuniam e recitavam poemas, no meio das mais acaloradas conversas<sup>13</sup>. O *Botequim das Parras* reunia muitos clientes do Nicola, tornando-se não só num centro literário, mas também num clube de liberais revolucionários. Também era conhecido por *Arcádia das Parras*, por ali se reunirem os arcades. Não é pois de admirar que também fosse alvo de forte vigilância. Fechou em 1850. Hoje, localiza-se no mesmo espaço o *Café Snack Pic-Nic*.

Em Portugal, como em outros países europeus, os cafés foram autênticas tribunas de difusão de ideias e de formação de uma opinião pública que começaram a tomar corpo em pleno século XVIII. Estamos no domínio do espaço público, onde a reflexão das ideias se abre à transversalidade social (Cfr. Madureira 1992).

Na última metade do século XVIII, verifica-se o encontro e o choque do «mundo clássico, que serenamente splende no século XVII, com o mundo romântico, que se agitará no seguinte». Aparentemente parecia reinar o equilíbrio social e espiritual assente na orgânica do Estado Absolutista e da Igreja. No entanto, a inquietação insinuava-se, crítica, desejosa de renovações em sintonia com as novas sensibilidades e formas de discorrer, presente na diferença de gostos, ideias e sentimentos que opunham as «assembleias de sala às tertúlias de café»; os botequins foram, por entre «as aparências da calma antiga», os «pequenos recantos cujo ambiente se diria o caldo de cultura dos germes que tudo hão-de revolucionar» (Cidade 1936: 9-11).

O café tornou-se, como refere Júlio Dantas, o «órgão da soberania popular», «válvula de segurança duma sociedade sob pressão», «o salão das democracias, o centro de informação política, o posto de observação daqueles que não dispõem – ou não dispunham – de outras antenas para a captação do boato, nem de outra tribuna para a exposição dos seus pontos de vista, nem, ainda, de outro meio de contacto com os problemas, os acontecimentos e os homens». E à volta dos políticos, «referviam» os janotas e os toureiros, a «mendicidade ilustre» dos poetas e a «juventude doirada» do Passeio Público (Dantas 1962: 72-74).

Para esses encontros não eram necessárias marcações prévias. Cultivava-se uma certa fidelidade ao local de escolha e cada botequim ou café tinha uma determinada identificação consoante quem o frequentava. Só por si, o facto de se estar num café específico, significava pertencer a um determinado grupo. Muitos ficaram para sempre conhecidos como locais de debates políticos e ideológicos, associados a personalidades históricas. Nas suas mesas,

---

parte do mundo, que desmaia./ Oh!, venha . . . Oh!, venha, e trémulo descaia/ Despotismo feroz, que nos devora!// Eia! Acode ao mortal que, frio e mudo,/ Oculta o pátrio amor, torce a vontade/ E em fingir, por temor, empenha estudo.// Movam nossos grilhões tua piedade;/ Nosso númen tu és, e glória, e tudo,/ Mãe do gênio e prazer, ó Liberdade!».

<sup>12</sup> José Pedro da Silva era um admirador do talento de Bocage. Durante a doença do poeta, nunca deixou de o visitar e prestar auxílio financeiro, o que levava Bocage a declarar, enternecido, que lhe pagava em «metro» o que dele recebia em «ouro». Imprimiu os seus últimos versos, na Imprensa Régia, com o título *Improvisos de Bocage na sua mui perigosa enfermidade, dedicados a seus bons amigos*, e vendia-os, pedindo um cruzado novo por cada folheto; assim angariou fundos para o poeta (Cidade 1936: 82).

<sup>13</sup> Ali se reunião, entre outros amigos de Bocage, Nuno Álvares Pereira Pato Moniz, Silveira Malhão, Câmara Coutinho, João Xavier Matos, Miguel António de Barros, Caetano da Silva Souto Maior (o Camões do Rossio), Tomás Pinto Brandão (o Pinto Renascido) e Francisco Paula Cardoso de Almeida Vasconcelos, morgado de Assentis.

escreveram-se páginas de história, assinaram-se e divulgaram-se manifestos, nasceram e morreram revoluções. Por ali circulavam «papéis sediciosos», aguardavam-se notícias da chegada de livros revolucionários, discutiam-se as mudanças. Não admira por isso que fossem alvo de forte vigilância e talvez fosse esse o motivo por que o intendente geral da polícia, Diogo Inácio de Pina Manique, tanto detestou os primeiros botequins que se instalaram no centro da cidade, no último quartel do século XVIII e instaurou um autêntico estado policial, disseminando agentes pelos cafés, que identificavam os críticos mais acérrimos da política portuguesa. Tudo se tornava suspeito, sobretudo os botequins, onde os ideais da revolução Francesa eram a grande ameaça. A propósito, João Pinto de Carvalho, no seu estilo tão peculiar, escreve que nos cafés do Rossio a desconfiança atingia o máximo: «Por lá tudo cheirava a jacobinice, a maçonaria, e outros nomes com que o Intendente baptizava esta gafaria de sarampelo político, que atacara muito bom português». E dá conhecimento de um Aviso de 10 de Setembro de 1792, em que o Marquês Mordomo-Mor se dirigia a Pina Manique para indagar, «com todo o segredo e recato, se nas casas públicas e cafés se proferiam proposições e referiam factos, com que se intentasse alterar a tranquilidade pública» (Carvalho 1899: 23).

Na segunda metade do século XIX, a fisionomia dos botequins da capital portuguesa torna-se mais elitista e burguesa. Em 1865, o *Jornal do Comércio*, no número de 15 de Novembro, anotava essa mudança ao destacar, a propósito da inauguração do *Café Montanha*, um dos mais luxuosos da cidade de Lisboa, que «a capital, conquanto nos últimos anos tenha progredido muito no desenvolvimento de estabelecimentos luxuosos de todos os géneros, ainda não se acha[va] a este respeito na situação correspondente à sua grandeza e à sua população» (Santana 1999: 62). Foi também a partir de meados do século XIX que as senhoras da sociedade começaram a frequentar os cafés, apesar de, mesmo assim, terem um gabinete privado. O prestígio que os cafés adquiriram contribuiu para que caísse em desuso o termo botequim, o qual, a partir dessa altura, já não era mais do que um antigo sinónimo de café. Foi mesmo criado um neologismo pelos «tafúes» da época que gostavam de tomar café ou «cafetar» (Carvalho 1938: 204).

Um dos cafés que marcou a diferença foi o *Marrare do Polimento*, que ficava situado em pleno Chiado, na rua do Arco do Bandeira. Apesar de ser inaugurado no primeiro dia do ano de 1820, teve o seu auge por volta de 1848. O proprietário era o napolitano António Marrare, cujo apelido deu o nome à casa; a designação de Polimento teve origem na decoração de madeira polida<sup>14</sup>. Polido era também o atendimento: criados de libré serviam excelente café em cafeteiras de prata, e géneros de primeira qualidade, entre os quais magníficos vinhos e licores (Bastos 1947: 152). Destacava-se também pelo facto singular de, no início, não ser ali permitido fumar, o que de facto era invulgar na época (Carvalho 1899: 122). Era conhecido porque ali se vendia «a mais saborosa neve, o mais aromático café, a torrada mais estaladiça, o melhor champanhe francês» e o famoso «bife à Marrare», muito apreciado pela clientela (Dias 1999: 38).

No entanto, não agradava a todos, sobretudo porque no seu espaço e em seu redor a exibição de comportamentos não era propriamente edificante. Júlio César Machado foi um desses autores que resumia a fama desse café ao *slogan* crítico de exiguidade social: «Portugal era Lisboa, Lisboa era o Chiado e o Chiado era o Marrare». E passa a descrever:

---

<sup>14</sup> Os outros cafés do Marrare eram então: o *Marrare das Sete Portas*, no Arco do Bandeira; outro situado no Cais do Sodré, no nº 9 da praça, na loja que depois veio a ser a *Taberna Inglesa*, e outro ainda, também muito afamado, chamado o *Marrare de S. Carlos*, situado na esquina da Travessa da Parreirinha com a Rua da Figueira. Com este último, António Marrare fez também excelentes negócios. A sua localização próxima do teatro *S. Carlos* valeu-lhe, até 1828, um contrato de fornecimento de bebidas e ceias ao próprio teatro. Por vezes, também fornecia a própria decoração do salão do teatro. Porém não conseguiu igualar o do *Polimento*, que fazia as delícias daqueles que o frequentavam.

Estamos no Marrare. O Marrare é o primeiro café de Lisboa, apesar de ser o pior, o mais mal servido, o que tem bebidas menos gostosas, e comodidades mais insuficientes. O Marrare é para Lisboa uma espécie de monumento histórico que ela suporta, porque o hábito lho tornou necessário. É o *rendez-vous* dos janotas e dos jornalistas, dos párias e dos homens de pensamento»; [lugar] onde nem todos têm o direito de entrar, apesar de ser público»; era preciso ser «um homem fora do comum» [...] [ou seja], «os homens de talento, os janotas os ociosos puros e todos os exceptuados da sociedade constituída que descobriram modo de gastar dinheiro sem ter dinheiro, ir ao teatro sem comprar bilhete, ter fato sem o pagar, andar de sege sem saber a conta (Machado 1901: 12).

A crítica aos costumes de certo friso da sociedade lisboeta, não podia ser mais mordaz.

João Pinto de Carvalho, apesar de elogiar o estabelecimento, não é menos cáustico na apreciação que faz da clientela «do mais famoso de todos os botequins lisboenses», do «príncipe dos botequins», do «café do bom-tom» frequentado pela:

corrupção dourada, pelos petimélres mais elegantes e de bom recibo, pelos noitibós boémios, pelos diletantes que lá iam trocar o santo e a senha para a próxima pateada em S. Carlos, pela nata dos letrados, por todos os que possuíam brevet d'esprit, por todos os que se habituavam a mirar – através do vidro sem grau do monóculo inamovível – os anjos caídos... no Chiado ou as virgens que vinham de Citera... e iam para o Loreto [...] teve também como fregueses alguns artistas [...] ladinos jogadores do xadrez político [...] Em suma aí se viam todos os que dominavam a seu talante naquela rua chic, todos os que pertenciam à seita do marrarismo, na frase de Silva Tullio, o tout-Lisbonne da elegância, da literatura e da política (Carvalho 1899: 129-131).

Outro café que viria a substituir o *Marrare do Polimento* foi o *Café Martinho* situado no Largo Camões, actual Largo de D. João da Câmara, que Marina Tavares Dias apresenta como «o mais importante café lisboeta dos últimos cento e cinquenta anos», onde se reuniram «as gerações literárias do Romantismo à oposição do Estado Novo» (Dias 1999: 64). No seu espaço, ocorreram não só reuniões, mas também confrontos políticos o que acabou por lhe conceder uma «aura mitológica muito ao gosto da última geração romântica» (Dias 1999: 64-65). Por ali passaram políticos, escritores e artistas e a sua frequência foi de tal importância que Júlio Dantas o designou «o coração político da cidade» (Dantas 1962: 75)<sup>15</sup>. Fechou em Maio de 1968.

Nestes e em outros estabelecimentos do género que não foram aqui destacados (o *Café Tavares*, hoje restaurante de luxo e célebre por ter sido uma das sedes da tertúlia dos Vencidos da Vida, na Rua do Mundo, o *Neutral*, na Rua do Príncipe, actual Rua 1º de Dezembro, em Belém, o *Toscana*, no Chiado, o *Café do Grego*, no Cais Sodré, muito frequentado por revolucionários, passageiros e tripulantes dos barcos) e que cruzaram os séculos, ocorreu boa parte da história política, social e cultural da cidade de Lisboa e também do país (Dias 1999: 38-49). Todavia, nem em todos ocorreram tertúlias de destaque o que não quer dizer que não fossem palco de oscilação de tendências e renovação de formas de ser, de estar e sentir. Nos mais luxuosos, brilhava a alta sociedade lisboeta que ia ao *Café Chave de Ouro* ouvir programas musicais com orquestras; noutros, como no *Café Bom*, na rua dos Condes de Monsanto, reuniam-se os militantes políticos, tendo sido aí preparada a implantação da República; nos mais

<sup>15</sup> De uma longa lista, salientamos apenas alguns dos vultos ilustres frequentadores do café Martinho: Almeida Garrett, Alexandre Herculano, Bulhão Pato, Júlio Castilho, José Estevão, Rebelo da Silva, Gomes Amorim, Fialho de Almeida, Manuel da Silva Gaio, Abel Botelho, Rafael Bordalo Pinheiro, João Chagas, Fernando Pessoa, Fernando Lopes Graça, Augusto Abelaira, Carlos Oliveira, Magalhães Godinho e tantas outras individualidades do património cultural português (Dias 1999: 68-73). Foi em pé, sobre uma das mesas do café, que Almada Negreiros proferiu o seu *Manifesto anti-Dantas* (Dias 1999: 86).



populares, como no *Café da Bola*, na Rua de S. Vicente à Guia, frequentado pela Severa, ouvia-se o fado e bebia-se a «carocha», bebida forte à base de café (Sucena 1994: 193)<sup>16</sup>. Consciente ou inconscientemente, clarificaram-se ideias, estruturaram-se atitudes, moldaram-se sentimentos e divulgaram-se modas numa crescente progressão desde o século XVIII.

Sente-se uma certa nostalgia pela perda física de alguns dos mais simbólicos cafés de Lisboa; afinal eles fazem parte intrínseca da nossa história e do nosso património cultural. Hoje, o número de cafés prolifera, alguns típicos, mais frequentados por um público anónimo e socialmente diversificado, mas com certeza com menos história, na voragem do abre e fecha, na pressa do entra e sai para tomar um cafezinho que já se tornou um vício, mesmo de pé, ao balcão. Mas, ainda assim, embora sem os intuitos de antigamente, os cafés continuam a ser motivo e palco de convivência, de troca de opiniões, por vezes de acaloradas discussões, espaços de pausa, e, quantas vezes, lugares de abrigo e de amortização de solidões.

## BIBLIOGRAFIA

- Bastos, Sousa (1947), *Lisboa Velha, sessenta anos de recordações (1850 a 1910)*, Lisboa, [s.n.].
- Carvalho, R. de (2000), *Rossio*, in *Memória de Lisboa*, Lisboa, Relógio d'Água.
- Carvalho, J. Pinto (Tinop) (1938), *Lisboa de outrora*, pub. póstuma coordenada, revista e anotada por G. de Matos Sequeira e L. Macedo, I-III, Lisboa, Grupo «Amigos de Lisboa».
- Carvalho, J. Pinto (Tinop) (1899), *Lisboa d'outros tempos*, I-II, Lisboa, Parceria António Maria Pereira-Livraria Editora.
- Cidade, H. (1936), *Bocage*. Porto, Lello e Irmão.
- Dias, M. Tavares (1999<sup>9</sup>), *Lisboa Desaparecida*, Lisboa, Quimera Editores.
- Dias, M. Tavares (1999), *Os cafés de Lisboa*, Lisboa, Quimera Editores.
- Dantas, J. (1962<sup>2</sup>), *Lisboa dos nossos avós*, Lisboa, Publicações Culturais da Câmara Municipal de Lisboa.
- Machado, J.C. (1901<sup>2</sup>), *A vida de Lisboa*, Lisboa, Parceria António Maria Pereira-Livraria Editora.
- Madureira, N.L. (1992), *Cidade: Espaço e Quotidiano*, Lisboa, Livros Horizonte.
- Moita, I. (1994), *O livro de Lisboa*, Lisboa, Livros Horizonte.
- Santana, F. (1999), *O Café Montanha*, in “Olisipo”, 9 (II Série,), Lisboa.
- Sucena, E. (1994), *Cafés*, in F. Santana, E. Sucena (dir.), *Dicionário da História de Lisboa*, Sacavém, Carlos Quintas & Associados.
- Vasconcelos, J. Rosado de Villa-Lobos e (1782<sup>2</sup>), *O Perfeito Pedagogo na arte de educar a mocidade*, Lisboa, Ofic. Rollandiana.

**MARIA DO ROSÁRIO PIMENTEL** • Graduated in History at Universidade de Coimbra, PhD in Portuguese Studies at Universidade Nova de Lisboa. She is currently Associate Professor at Universidade Nova de Lisboa. She has carried out activities predominantly in the area of Cultural History and Society with a special focus on Cultural topics, Slavery and the Slave Trade. She has published, among other works and papers, *Viagem ao Fundo das Consciências. A Escravatura na Época Moderna* (1995) and *Chão de Sombras. Estudos sobre Escravatura* (2010).

**E-MAIL** • rosariopcpimentel@gmail.com

<sup>16</sup> Dentro da categoria dos cafés populares, havia em Lisboa os chamados «cafés lepes»; «lepes» era uma moeda de dez réis, que era o preço de um café nesses estabelecimentos.

